

## EDITORIAL

### A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FAMILIAR DE PRODUÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei

O estado de Santa Catarina é conhecido como uma das unidades da federação com maior potencial produtivo derivado da agricultura familiar. Com isso, é perfeitamente possível se afirmar que a agricultura familiar é a grande responsável pela atual dinamização do setor rural catarinense. Esta afirmação se ampara na expressiva participação dos estabelecimentos agropecuários familiares no total estadual, tanto em termos numéricos como no volume de ocupações e da produção agropecuária estadual.

A grande novidade contida no Censo Agropecuário (IBGE, 2006) é que foram disponibilizadas informações estatísticas que atendem aos preceitos da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326) aprovada em 2006. Com isso, é possível analisar o papel específico da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária geral do estado.

Pela Lei acima citada, considera-se produtor familiar aquele agricultor que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) deter área não superior a quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias; c) ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário; d) dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

Do ponto de vista da estrutura agrária, Santa Catarina ainda é o estado que apresenta uma das mais baixas taxas de concentração de terra do país, muito embora o Índice de Gini de 0.682 possa ser considerado elevado. Isso sugere que ainda são necessárias medidas para que a propriedade da terra seja mais democratizada.

Na estrutural produtiva rural, o Censo de 2006 confirmou que a categoria dos agricultores familiares que se encontrava na condição de proprietários era a mais relevante,

sendo que a maioria desses agricultores familiares estavam a 10 anos ou mais na direção dos estabelecimentos agropecuários, o que dá uma relativa estabilidade a esses estabelecimentos, ao mesmo tempo em que se evita a rotatividade na direção dos mesmos em intervalos de tempo bastante curtos.

Além disso, outro aspecto reafirmado pelo Censo Agropecuário de 2006 foi a importante contribuição da agricultura familiar na ocupação rural, sendo este setor responsável pela maioria absoluta das pessoas ocupadas no trabalho rural catarinense. Mesmo assim, deve-se registrar que a estrutura rural catarinense embasada nas unidades familiares de produção já não dá mais conta de manter a ocupação de todas as pessoas das famílias, o que provoca um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos, especialmente por parte dos jovens.

Mas é, sem dúvida, na esfera da produção que os dados do novo censo revelam a grande contribuição da agricultura familiar para Santa Catarina. Além de ser responsável por 67% do valor total da produção agropecuária do estado, destaca-se o peso deste sistema produtivo na maioria dos produtos vegetais (arroz, feijão, mandioca e milho), bem como no rebanho animal (suínos e aves) e na produção leiteira, atingindo 87% do total de leite produzido no estado.

Neste cenário, o número atual da Revista NECAT procurará analisar e debater a estrutura atual do setor agropecuário catarinense, dando ênfase ao papel central desempenhado pela agricultura familiar, tanto em termos de sua participação na produção agropecuária agregada, como na geração das ocupações rurais. Além disso, destaca-se, ainda, a evolução das exportações dos produtos agropecuários catarinenses e outras estratégias de desenvolvimento rural presentes no estado.

O primeiro artigo, intitulado “A Agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências”, de autoria de Tabajara Marcondes, inicialmente analisa os reflexos da modernização da agricultura no estado de Santa Catarina para, posteriormente, discutir as principais mudanças que ocorreram recentemente no espaço rural catarinense. Dentre as principais, o autor destaca a alteração no uso das terras agrícolas; a redução do número de

estabelecimentos agropecuários; e a diminuição da população ocupada em atividades agrícolas no estado.

Com base em dados oficiais (Censo Agropecuário) mostrou-se que a agricultura familiar permaneceu como o setor responsável pela maior parte da produção, sendo que a produção agropecuária catarinense é praticamente sinônimo de agricultura familiar. Essa expressiva importância da agricultura familiar catarinense fica evidente quando se observa que no ano de 2006 o valor da produção de Santa Catarina representou 5,5% do total do país, situando o estado na 7ª posição nacional.

O segundo artigo, de autoria de Valdir Alvim e Mônia Dall’Agnol e intitulado “Crédito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar”, destaca a importância do crédito rural para o desenvolvimento rural e local, destacando-se o papel do crédito disponibilizado pelo governo federal aos agricultores familiares de uma determinada região. Para tanto, enfatiza-se, também, a importância da cooperativa de crédito no sentido de estimular a expansão e a diversificação das atividades dos agricultores familiares com o objetivo de ampliar a produção e melhorar o nível de renda. Ao reconhecer a importância do sistema de crédito específico para os agricultores familiares, os autores concluem que tais operações creditícias deveriam ser ampliadas para este setor da economia rural que, historicamente, foi pouco atendido pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

O terceiro artigo, intitulado “As pautas de exportação catarinense e gaúcha: um estudo do setor agropecuário no período 2000-2010 e de autoria de Angélica Massuquetti, Juliano Luis Koch, Rafaela Lauffer Ostermann Tamisso e Lisandra Lutz, analisa a evolução das exportações agrícolas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul ao longo de dez anos, estados que se localizam entre os dez maiores exportadores do país. Apesar da participação do setor agropecuário nas exportações totais ser baixa em ambos os estados, essas exportações mostraram uma tendência de crescimento no período analisado, tanto em termos de valores como de volume físico. Os autores destacam que no caso de Santa Catarina houve predominância dos produtos de origem animal, enquanto que no Rio Grande do Sul a soja apareceu como destaque. Além disso, concluiu-se que China e Argentina são os principais

países importadores de produtos agrícolas gaúchos, ao passo que o principal destino das exportações agropecuárias catarinenses foi os EUA, seguido da Holanda e Argentina.

O quarto artigo, de autoria de Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Cristiane Tonezer e Regina Miranda da Silva Padia e intitulado “Processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no território Oeste”, analisa o processo de implantação da política de desenvolvimento territorial no referido território desde o ano de 2003. Após fazer uma discussão teórica sobre o tema, as autoras discutem aspectos que caracterizam as institucionalidades e as ações decididas coletivamente no âmbito do território, com destaque para os critérios de definição dos projetos implementados e municípios beneficiados pela referida política pública. De um modo geral, as autoras reconhecem a importância dos espaços dos colegiados territórios para proposição e definição de projetos estratégicos de desenvolvimento. Todavia, não deixam de mencionar limites observados neste processo de mobilização dos atores sociais que acabam interferindo negativamente na implantação da política de desenvolvimento territorial.

O quinto artigo, intitulado “Subsídios à Agricultura Familiar: contribuições do PRONAF no Alto Vale do Itajaí (2003/04 e 2012)” e de autoria de Bruna dos Santos Peres, Maiara Eloi da Silva, Marcia Fuchter e Bruno Thiago Tomio, discute o papel e as contribuições do PRONAF para os agricultores familiares da região do Alto Vale do Itajaí, destacando a importância dos subsídios a este setor de produção rural. Sendo esta uma região onde predominam as atividades agrícolas, em especial da agricultura familiar, concluiu-se que este programa de política pública foi essencial para promover o crescimento, tanto da produção como da própria renda dos agricultores familiares.

Finalmente, o sexto artigo intitulado “Vitivinicultura: uma análise a partir dos países produtores” e de autoria de Reney Dorow, Rosemary Barbosa de Melo, Márcia Mondardo, Gláucia de Almeida Padrão e Jean Philippe Palma Revillion, apresenta o cenário produtivo atual da vitivinicultura no mundo e em diversas regiões, mostrando que esta atividade quando empreendida em determinadas localidades específicas pode contribuir para a geração de emprego e renda, bem como atuar positivamente na economia regional. Segundo os autores, o potencial de expansão da atividade é fortemente condicionado pelo potencial de consumo de

uma determinada região e/ou localidade, sendo testados alguns indicadores para analisar o referido potencial, com destaque para a renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida no consumo *per capita*. Concluiu-se que o indicador que mais explica o consumo *per capita* é a renda *per capita*, fator que pode ser relevante para o setor produtivo em suas decisões de investimento, bem como para o setor público nas suas definições de políticas de desenvolvimento regional.

Desta forma, o NECAT espera, com mais este número de sua revista eletrônica, estar contribuindo para se conhecer melhor o setor agropecuário catarinense, o qual consideramos essencial para a compreensão da dinâmica atual do desenvolvimento regional catarinense.